

Investigação ainda depende de votos

O presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado, senador Meira Filho (PMDB), marcou ontem uma sessão extraordinária da comissão para o próximo dia 8 — terça-feira da semana que vem —, para que seja votada proposta do senador Pompeu de Sousa (PMDB), de se instaurar uma subcomissão no Senado a fim de investigar todas as denúncias referentes à fraude na concorrência pública das obras de despoluição do Lago Paranoá, realizada pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb). A proposta de Pompeu foi feita em discurso, na tribuna do Senado, no final da semana passada, e ontem já contava com total apoio dos senadores Meira Filho e Maurício Correa (PDT).

O senador Meira Filho adiantou ontem, que a subcomissão poderá ser integrada por até seis senadores, mas afirmou que os critérios de sua composição só serão definidos na sessão extraordinária da comissão. O senador explicou que todos os membros da Comissão do DF irão expor seus pontos de vista sobre a fraude na licitação da Caesb e ao término dessas exposições, ele nomeará a subcomissão. Antes porém, a comissão terá que votar a proposta de formação da subcomissão. Se for aprovada, o senador Meira Filho não poderá integrá-la, uma vez que o regimento o proíbe, por já ser presidente da Comissão do DF no Senado.

Governador

Quanto a presença ou não do governador José Aparecido na sessão de hoje da comissão — que vai, segundo o senador Meira Filho, levantar as primeiras declarações oficiais do GDF a respeito da ocorrência ou não de fraude na concorrência —, o senador disse que se ele não acatar o convite que fez, na semana passada, para o seu comparecimento, “deixará que a comunidade julgue a sua decisão”.

O senador afirmou ainda que a presença do governador — “que sempre exalteceu a Comissão do DF” — irá ratificar suas palavras a respeito da importância da Comissão. Indagado se hoje confirmaria com Aparecido seu comparecimento na sessão, Meira Filho respondeu que não teria isso, pois “já convidei o governador através de ofício, na semana passada”. O senador Maurício Correa foi mais direto do que Meira Filho e disse que “se o governador não comparecer à Comissão será um ato de desatenção para com o Senado e a comunidade do Distrito Federal”.

Quanto à equipe de advogados que propôs formar para a apuração da fraude na concorrência da Caesb Maurício Corrêa disse que pretende esperar a instauração da subcomissão, por achar que ainda é cedo para a execução dessa medida. Ele explicou que essa equipe de advogados só será viável, caso chegue a conclusão de que uma ação popular, na justiça comum, seja impetrada contra o GDF, como forma de “defender o erário público das fraudes financeiras”.

Acareação

Mas se a Comissão do DF no Senado já se prepara para votar, na próxima semana, a instalação de uma subcomissão para investigar a fraude na concorrência da Caesb, nada disso estaria acontecendo se o senador Pompeu de Souza, no último dia 24 — dois dias antes da publicação pelo Jornal de Brasília da fraude — não tivesse, na tribuna do Senado, proposto a convocação de autoridades do GDF vinculadas às obras de despoluição do Lago Paranoá, para deporem na comissão.

O senador explicou ontem que tão logo soube do aumento inexplicável — até o momento — dos valores das obras de despoluição do Lago Paranoá em matéria publicada pelo JBr no dia 23 de agosto, propôs o comparecimento dos secretários Paulo Nogueira Neto e José Carlos de Mello, o primeiro da Secretaria do Meio Ambiente e o segundo de Serviços Públicos, para prestarem esclarecimento à Comissão do DF.

Pompeu de Sousa queria saber porque a Caesb se negava a encaminhar o relatório de Impacto Ambiental (Rima) para a Secretaria do Meio Ambiente e também a causa do aumento considerável do valor das obras do Lago. Com eles, estariam presentes o presidente da Caesb, William Penido e o coordenador do Meio Ambiente do DF, o engenheiro Benjamin Sicsu, demitido na última sexta-feira pelo governador.

“O que nós queríamos era uma acareação entre todos eles, mas logo veio a denúncia e não houve condições para debatermos a questão na comissão do Senado”, afirmou Pompeu de Sousa. Quanto à demissão de Benjamin Sicsu, o senador foi incisivo: “foi desprimatorosa para um engenheiro do seu gabarito e administrativamente desastrosa”. O mais grave nessa demissão segundo o senador, “é que os indivíduos que denunciaram são punidos, ao invés dos denunciados responderem, na Justiça, pelos erros que cometem, conscientemente”.